



RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS À 53.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC

LEMA: «A SITUAÇÃO DA FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DA SADC, DESAFIOS QUE GERAM A INSEGURANÇA ALIMENTAR, PRINCIPAIS OBJECTIVOS INTERNACIONAIS E A AGENDA AFRICANA, INVESTIMENTOS E DESEMPENHO DOS COMPROMISSOS DE MALABO, AMBIENTE QUE PODE ATRAIR OS JOVENS A INVESTIREM NA AGRICULTURA»

Sr. Presidente, venho solicitar a aprovação por esta Assembleia Plenária do Relatório da Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais à 53.^a Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC apresentado à mesa desta Assembleia no dia 4 de Julho de 2023.

ÍNDICE

1.0	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	1
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO	1
3.0	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES	1
4.0	ENQUADRAMENTO	1
5.0	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A VISITA DE TRABALHO À REPÚBLICA DA VENEZUELA DE 29 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 2023.....	2
5.1	Reuniões de cortesia com Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Yván Eduardo Gil Pinto, e com Sua Excelência o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros responsável pelos Assuntos Africanos, Sr. Yuri Pimentel.....	2
5.2	Outros contactos.....	3
6.0	RESUMO DAS COMUNICAÇÕES SOBRE O LEMA.....	5
6.1	Introdução ao projecto «Reforço da Responsabilidade Social e Fiscalização na Saúde e Agricultura na Região Austral (2016-2024)»	6
6.2	Comunicação sobre a Situação da Fome e Insegurança Alimentar na Região da SADC, Desafios que Contribuem para a Insegurança Alimentar, Principais Objectivos Internacionais e a Agenda da África, Investimentos e Desempenho dos Compromissos de Malabo, Ambiente que Pode Atrair os Jovens a Investir na Agricultura.....	6
7.0	OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO	8
7.1	Recomendações emanadas da visita de trabalho à República Bolivariana da Venezuela	8
7.2	Recomendações sobre as comunicações	9
8.0	CONCLUSÃO.....	10
9.0	ANEXOS.....	11

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A comissão tinha os seguintes membros efectivos:

1. Deputado Ishmael Ndaila Onani, (Malawi) (**Presidente da comissão**)
2. Deputada Hawa Subira Mwaifunga, (Tanzânia) (**Vice-presidente da comissão**)
3. Deputado Lázaro de Oliveira Guelson Kakunha (Angola)
4. Deputado Polson Majaga (Botswana)
5. Deputado André Léon Tumba (República Democrática do Congo)
6. *Parlamentar ainda por indicar* (Lesoto)
7. Deputado Famindra Justin (Madagáscar)
8. Deputada Marie Geneviève Stéphanie Anquetil (Maurícias)
9. Deputado Carlos Manuel (Moçambique)
10. Deputado Phillipus Katamelo (Namíbia)
11. Deputado Rocky Uranie (Seicheles)
12. Deputado Joel Mohai (África do Sul)
13. Sua Alteza Real Senadora Princess Phumelele Dlamini (Eswatini)
14. Deputada Mutinta Mazoka (Zâmbia)
15. Senadora Tambudzani Mohadi (Zimbabwe)

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) do FP-SADC deriva o seu mandato do artigo 15.º da Constituição do FP-SADC e da alínea (c) do artigo 42.º do Regimento Interno do FP-SADC.

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES

A Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) realizou uma reunião presencial na Terça-feira, 9 de Maio de 2023, subordinada ao lema «*A situação da fome e insegurança alimentar na região da SADC, desafios que geram a insegurança alimentar, principais objectivos internacionais e a agenda africana, investimentos e desempenho dos compromissos de Malabo, ambiente que pode atrair os jovens a investirem na agricultura*».

4.0 ENQUADRAMENTO

A África Austral era uma das regiões do mundo mais vulneráveis à mudança climática que tinha causado efeitos devastadores sobre o desenvolvimento socioeconómico, agricultura, segurança humana e conflitos, que resultaram na deterioração do acesso a meios produtivos como a água e as terras aráveis, agravando ainda mais a insegurança alimentar e a situação humanitária.

A posição estratégica dos parlamentares era fundamental para promover o aumento dos investimentos públicos no sector agrícola, como a provisão de

bens e serviços públicos, incluindo infraestruturas, energia, pesquisa e desenvolvimento, sobretudo nas zonas rurais. Os parlamentos desempenhavam um papel importante na promoção do reforço da segurança nacional e do investimento directo na agricultura através das suas funções de legislação, controlo orçamental, representação e fiscalização.

Tendo em conta o acima exposto, a Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais reuniu-se para deliberar sobre os vários desafios agrícolas e energéticos que a região da SADC enfrenta, tendo a reunião proposto resoluções que serviram de base às recomendações da comissão à 53^a Assembleia Plenária.

5.0 APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A VISITA DE TRABALHO À REPÚBLICA DA VENEZUELA DE 29 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 2023

O presidente da comissão apresentou um relatório da visita de trabalho à República da Venezuela. Na sua intervenção, o presidente da comissão informou que cinco membros da Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais do FP-SADC tinham participado numa visita de trabalho à Venezuela de 29 de março a 4 de abril de 2023. A visita teve como objectivo capacitar os parlamentares da SADC no sentido de submeter a debate, de forma eficaz, as questões energéticas que a região da SADC enfrenta, tendo em conta os acontecimentos dentro e fora da região da SADC. Além disso, a visita teve como objectivo contribuir efectivamente para a resolução dos vários desafios que a região da SADC enfrenta e promover a cooperação Sul-Sul através da diplomacia parlamentar.

A delegação manteve vários contactos com diversos actores durante a visita de trabalho à República da Venezuela.

5.1 Reuniões de cortesia com Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Yván Eduardo Gil Pinto, e com Sua Excelência o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros responsável pelos Assuntos Africanos, Sr. Yuri Pimentel

A delegação foi recebida pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yván Eduardo Gil Pinto, e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros responsável pela África, Sr. Yuri Pimentel, com os quais manteve encontros.

- i. Tanto Sua Excelência Gil como Sua Excelência Pimentel deram calorosas boas-vindas à delegação e reiteraram os profundos laços de solidariedade e amizade que existiam entre a região da SADC e a Venezuela.
- ii. Expressaram também os profundos agradecimentos do povo da Venezuela pelo apoio inabalável recebido do bloco da SADC durante os tempos difíceis durante os quais a Venezuela enfrentou ameaças à sua soberania e independência.
- iii. Recordaram, em particular, com apreço, que o Fórum Parlamentar da SADC tinha participado na missão de observação eleitoral às

- eleições regionais e municipais venezuelanas realizadas em Novembro de 2021.
- iv. Observaram que a Venezuela estava activamente empenhada em desenvolver as relações que mantém com vários países da região da SADC através de várias comissões mistas, como a que se realizou em Março de 2023 com a Namíbia.
 - v. Mostraram-se confiantes de que serão concluídas mais comissões mistas com outros países da SADC.
 - vi. O Ministro e o Vice-ministro explicaram que o reforço da cooperação socioeconómica com a região da SADC era uma das prioridades do Governo da Venezuela e que, para o efeito, está prevista uma visita do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, à região da SADC em 2023.
 - vii. O Ministro e o Vice-ministro apelaram para o reforço das relações comerciais entre a Venezuela e a região da SADC e, conseqüentemente, apelaram aos membros da delegação para continuarem a encorajar os seus governos a aprofundarem relações comerciais com a Venezuela.
 - viii. Apelaram ainda para a realização de mais visitas de intercâmbio e para a criação de grupos de trabalho entre a Venezuela e a região da SADC.

5.2 Outros contactos

Para além dos encontros de cortesia com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu vice, a delegação teve também a oportunidade de interagir com vários dignitários, entre os quais as seguintes entidades:

- i. A Vice-Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Sua Excelência Iris Verela.
- ii. A Comissão Permanente de Energia e Petróleo da Assembleia Nacional, chefiada pelo seu presidente, Deputado Ángel Luis Rodríguez Gamboa.
- iii. Representantes do Ministério do Poder Popular para a Energia Eléctrica (MPPEE), liderados pela Vice-Ministra das Novas Fontes de Utilização Racional e Eficiente da Energia Eléctrica, Sua Excelência Tania Masea.
- iv. Representantes do Ministério do Poder Popular para o Petróleo (MPPP), liderados pelo Diretor-Geral do Gabinete do Portfólio Petrolífero Venezuelano, Sr. Marco Pinero e o Representante de Petróleos da Venezuela SA (PDVSA).
- v. Representantes do Ministério do Poder Popular para o Desenvolvimento Mineiro Ecológico (MPPDME), liderados pelo Vice-Ministro da Exploração e Investimento Mineiro Ecológico, Sua Excelência Alejandro Martinez.
- vi. Representantes do Ministério do Poder Popular para a Agricultura Produtiva e Terras (MPPPAL) – liderados pelo Vice-Ministro para o Desenvolvimento Pecuário Integral, Sua Excelência José Aguilera
- vii. O Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Venezuela-África – Deputado General em Chefe Jesús Suarez Chourio.

- viii. O Secretário Executivo da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) – Félix Plasencia
- ix. Representantes do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) – liderados pela Directora Nacional do PSUV, Erika Fariás.
- x. Durante essas interacções, foram salientados os seguintes pontos: Um destaque recorrente foi o facto de a Constituição da República Bolivariana da Venezuela ser inequívoca quanto ao facto de todos os recursos naturais serem propriedade do povo da Venezuela, que os controla.
- xi. Foi sublinhado que todos os instrumentos políticos e legislativos que preveem a exploração dos recursos naturais da Venezuela reflectiam esta disposição constitucional, com cláusulas adequadas e apropriadas para a participação de actores do sector privado, tanto locais como internacionais.
- xii. O Governo da Venezuela continuava a ser enfático quanto à questão da propriedade dos recursos naturais do país e recusava-se a negociar ou a transigir quanto à necessidade de garantir que os principais beneficiários desses recursos sejam o povo da Venezuela.
- xiii. Foi mencionado que algumas potências mundiais não estavam satisfeitas com esta firme posição adoptada pelo Governo da Venezuela, uma vez que procuravam controlar os vastos recursos naturais da Venezuela em seu próprio benefício.
- xiv. Foi levado ao conhecimento dos membros que, em consequência, o país tinha sido sujeito a medidas coercivas punitivas unilaterais.
- xv. As medidas incluíam a restrição dos activos da Venezuela no estrangeiro.
- xvi. A Venezuela perdeu o acesso às suas substanciais receitas petrolíferas e confrontava-se com sérios desafios para escoar a sua produção petrolífera, uma vez que o seu acesso aos mercados petrolíferos estava condicionado.
- xvii. O bloqueio económico levou a graves dificuldades económicas no país e a um sofrimento indescritível para o cidadão comum da Venezuela.
- xviii. Ao mesmo tempo, o país enfrentava desafios para financiar a importação de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais.
- xix. Um dos principais desafios que o país enfrentava nessa altura era a grande escassez de alimentos, uma vez que o país dependia de importações (financiadas pelas receitas do petróleo) para mais de 70% das suas necessidades alimentares.
- xx. O país também foi vítima de um forte ataque ao seu sistema de abastecimento de electricidade em 2019.
- xxi. Estes desafios culminaram numa agitação civil no país, mas a agitação foi rapidamente ultrapassada quando os cidadãos compreenderam a causa subjacente aos desafios.
- xxii. Os cidadãos da Venezuela uniram-se como um só povo para seguir adiante e enfrentar os desafios que se tinham abatido sobre o país.
- xxiii. Esta situação obrigou o país a diversificar a sua economia e, nomeadamente, a tomar medidas radicais para alcançar a auto-suficiência alimentar no mais curto espaço de tempo possível.

- xxiv. Um pilar fundamental do plano de recuperação económica da Venezuela foi a diversificação.
- xxv. O sector agrícola foi considerado prioritário e alvo de crescimento porque a Venezuela compreendeu que o petróleo não era comestível e que não se podia separar a segurança alimentar da segurança física.
- xxvi. Em poucos anos, a Venezuela conseguiu tornar-se quase auto-suficiente em termos alimentares, sendo que 85% de todas as necessidades alimentares do país são satisfeitas através da produção interna.
- xxvii. Os sectores da energia e da indústria transformadora (nomeadamente no que se refere aos bens tecnológicos) foram também especificamente orientados para a diversificação e o crescimento.
- xxviii. O fabrico local de artigos como os painéis solares, mesmo que parcialmente através da montagem utilizando uma combinação de componentes locais e importados, tinha reduzido substancialmente a factura de importação do país.
- xxix. A Venezuela também prestava uma atenção particular ao desenvolvimento do capital humano e criou uma arquitectura bem elaborada e deliberada de formação técnica e profissional.
- xxx. A Venezuela está actualmente a colaborar com outros países amigos, como a China, a Rússia, o Irão e a Turquia, entre outros, para desenvolver um quadro de pessoal qualificado em vários domínios técnicos e assegurar a transferência de tecnologia, de modo a apoiar a sua agenda de diversificação.
- xxxi. A planificação e a execução concertadas de vários programas económicos nacionais radicais têm estado no centro do programa de recuperação económica e tinham começado a surtir efeito, uma vez que a recuperação económica do país é iminente.
- xxxii. Além disso, para consolidar o seu crescimento, a Venezuela está a procurar estabelecer laços políticos cada vez mais estreitos e uma maior colaboração económica com os países do Sul global através de várias iniciativas.
- xxxiii. A África, e a região da SADC em particular, era uma das regiões com as quais a Venezuela está a procurar estabelecer relações mais estreitas.
- xxxiv. A comissão constatou que a transformação económica da Venezuela era uma realidade bem patente.

6.0 RESUMO DAS COMUNICAÇÕES SOBRE O LEMA

A comissão acompanhou uma comunicação destinada a apresentar aos membros um projeto intitulado Fortalecimento da Responsabilidade Social e Fiscalização na Saúde e Agricultura na Região Austral (2016-2024), que está a ser implementado pela Aliança Parceria para a Responsabilidade Social (PSA). A Comissão acompanhou uma outra comunicação sobre a situação da fome e da insegurança alimentar na região da SADC, os desafios que contribuem para a insegurança alimentar, os grandes objectivos internacionais e a Agenda Africana, os investimentos e o desempenho dos

Compromissos de Malabo. A comunicação abordou também a criação de um ambiente suscetível de atrair os jovens a investir na agricultura. Segue-se um resumo da referida comunicação.

6.1 Introdução ao projecto «Reforço da Responsabilidade Social e Fiscalização na Saúde e Agricultura na Região Austral (2016-2024)»

A Comissão ficou a saber que o projecto tinha por objectivo melhorar a responsabilização e a capacidade de resposta às questões de género na gestão dos recursos públicos, em particular nas áreas dos serviços de VIH/SSR para adolescentes e jovens e dos serviços agrícolas para pequenos agricultores, contribuindo para a realização de alguns compromissos regionais na SADC em cinco países (Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe). A comissão ficou a saber também que a interação da Aliança PSA com os parlamentos sobre a gestão dos recursos públicos fortalecia a capacidade dos parlamentares de realizar análises e aumentava a pressão dos parlamentos para a responsabilidade social na gestão dos recursos públicos.

A comissão foi ainda informada sobre as iniciativas que a organização tinha levado a cabo com o PF-SADC, tais como o apoio às comissões permanentes em visitas de fiscalização regionais e visitas de intercâmbio para fins de aprendizagem. A organização também apoiou a elaboração da Lei Modelo sobre a Gestão das Finanças Públicas, entre outras actividades de colaboração.

6.2 Comunicação sobre a Situação da Fome e Insegurança Alimentar na Região da SADC, Desafios que Contribuem para a Insegurança Alimentar, Principais Objectivos Internacionais e a Agenda da África, Investimentos e Desempenho dos Compromissos de Malabo, Ambiente que Pode Atrair os Jovens a Investir na Agricultura

A comissão tomou conhecimento da importância da agricultura na região da SADC, na medida em que o sector agrícola tinha a capacidade de atenuar a pobreza onze vezes mais do que qualquer outro sector, incluindo os serviços dos petróleos, gás e minas. Além disso, o sector tinha influência no crescimento económico da região e poderia ajudar milhões de pessoas a sair da pobreza. No que diz respeito à situação da fome, a comissão tomou conhecimento de que 70% das pessoas na SADC dependiam da agricultura, que representava mais de 20% do PIB da região da SADC. Contudo, de 2019 a 2020, registou-se um corte no financiamento para a agricultura e, no período de 1 de Abril de 2022 a 31 de Março de 2023, cinquenta e cinco milhões e setecentos mil pessoas (55,7 milhões) se encontravam em situação de insegurança alimentar.

A comissão registou que a região tinha mais de 18,7 milhões de crianças raquíticas e que se verificava um aumento geral do custo de vida, incluindo

aumentos significativos dos preços dos principais produtos de base. A comissão tomou nota de alguns dos desafios que afectaram a agricultura em 2021, nomeadamente as alterações climáticas, a Covid-19, os conflitos na RDC e em Moçambique e a guerra na Europa.

No que diz respeito às projecções de insegurança alimentar, a comissão ficou a saber que 41 milhões de pessoas em dez países estariam na iminência de passar fome em 2023. Os referidos países eram a RDC, o Malawi, Moçambique, o Zimbabwe, Madagáscar, a Zâmbia, Angola, a Tanzânia, a Namíbia e Eswatini. No que se refere aos compromissos da SADC em matéria de agricultura e segurança alimentar no âmbito da ONU, da União Africana e da SADC, a comissão tomou conhecimento dos seguintes compromissos que os Estados-membros devem cumprir para promover a agricultura:

- i. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.ºs 1 e 2, relativos à erradicação da pobreza e da fome, respectivamente.
- ii. A Agenda 2063 da África/Programa Integrado da África para o Desenvolvimento da Agricultura (CAADP2025).
- iii. Os 7 compromissos de Malabo.

Relativamente ao desempenho da SADC de acordo com o Relatório de Revisão Bienal de Malabo, a comissão ficou a saber que alguns países tiveram um bom desempenho em 2017. Desde então, todos os países têm tido um desempenho fraco, o que poderia ser atribuído ao financiamento inadequado da agricultura. Em 2017, apenas oito países da região da SADC estavam bem encaminhados para conseguirem cumprir os Compromissos de Malabo, nomeadamente as Maurícias, o Malawi, o Botswana, Moçambique, a Namíbia, a África do Sul, as Seicheles e Eswatini. Os sete países que não atingiriam os objectivos eram o Lesoto, a Zâmbia, o Zimbabwe, Madagáscar, a Tanzânia, Angola e a RDC. Em 2019, nenhum país da SADC estava bem encaminhado para alcançar os Compromissos de Malabo. Apenas quatro dos quarenta e oito países da África Oriental e Austral estavam em situação regular, nomeadamente o Rwanda, Marrocos, Mali e Gana. Em 2021, nenhum país da SADC estava em dia em matéria de cumprimento.

No que diz respeito à utilização de energias limpas, a comissão ficou a saber que a utilização de energias limpas é fundamental na região da SADC, uma vez que a utilização do carvão vegetal e da lenha era prejudicial à exploração florestal, que era uma fonte de alimentação e de financiamento. Além disso, a comissão tomou também conhecimento de que a utilização do carvão vegetal e da lenha contribuía para a discriminação baseada no género, uma vez que a recolha dos mesmos era feita mais pelas mulheres do que pelos homens. Neste contexto, a comissão registou a necessidade de os parlamentares da SADC encorajarem os cidadãos da região, sobretudo os que residem nas zonas rurais, a utilizarem energias limpas, como a energia solar e o gás. A comissão observou igualmente que alguns países da região da SADC, como a Tanzânia, dispunham de reservas de gás que poderiam ser utilizadas para apoiar outros países da região.

A comissão registou que os fertilizantes estavam cada vez mais fora do alcance devido ao seu elevado custo e que era necessário procurar alternativas a custos mais baixos. Além disso, os agricultores da região da SADC devem ser encorajados a utilizar fertilizantes inorgânicos, uma vez que os fertilizantes orgânicos não se adaptavam a todos os solos. A comissão ficou a saber que alguns agricultores em alguns países da SADC utilizaram fertilizantes orgânicos e acabaram por obter rendimentos baixos.

7.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

7.1 Recomendações emanadas da visita de trabalho à República Bolivariana da Venezuela

Na sequência da visita de trabalho, a comissão:

- a) **Tomando em conta** que o programa da visita de trabalho foi bem planeado e coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do país visitado, através da sua representação diplomática em Windhoek, Namíbia.
- b) **Congratulando-se** com muito apreço pelos contactos e as interações frutuosas havidas com vários intervenientes, incluindo a Comissão Permanente da Energia e do Petróleo da Assembleia Nacional da Venezuela durante a visita de trabalho naquele país.
- c) **Recordando** a necessidade do reforço da cooperação Sul-Sul em matérias de interesse comum.
- d) **Consciente** do facto de a Venezuela possuir uma experiência de mais de 100 anos nos sectores mineiro e petrolífero.

Por conseguinte, a comissão decidiu que a 53.^a Assembleia Plenária deve:

- a) **Apelar** aos Estados membros da SADC para tomarem medidas deliberadas (tais como comissões mistas) visando estabelecer contactos com a Venezuela nos domínios político, social e económico.
- b) **Pedir insistentemente** aos Estados membros da SADC para cultivarem uma colaboração mais estreita com a Venezuela, especialmente nos sectores mineiro e petrolífero, para que os Estados membros da SADC possam beneficiar da imensa experiência e perícia daquele país.
- c) **Incentivar** os Estados membros da SADC a aproveitarem a oportunidade para colocar os seus vários quadros técnicos em contacto com os processos de planeamento usados de forma bem-sucedida pela Venezuela em matéria de diversificação económica.
- d) **Pedir encarecidamente** aos Estados membros da SADC para tirarem partido da possibilidade de proporcionar aos jovens cidadãos da SADC uma formação técnica na Venezuela através de vários programas técnicos e profissionais.
- e) **Exortar** os parlamentos nacionais da SADC a criarem associações de amizade com vista a facilitar a interação entre os parlamentares da região da SADC e os da Venezuela.

- f) **Registrar** a sua gratidão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Bolivariana da Venezuela na Namíbia pela sua colaboração contínua com o Fórum Parlamentar da SADC, que culminou nesta visita de trabalho.

7.2 Recomendações sobre as comunicações

Na sequência das comunicações e das respectivas deliberações sobre o lema da reunião, a comissão:

- a) **Reconheceu** que as alterações climáticas estavam a agravar a situação de fome e pobreza que já é crítica na região da SADC.
- b) **Observou** que a informação prestada durante a reunião era muito vital e fonte de empoderamento para os parlamentares, e que era importante que a informação fosse transmitida a todos os outros membros dos respectivos parlamentos nacionais da SADC.
- c) **Consciente** de que o sector agrícola contribui para o desenvolvimento rural e para a criação de oportunidades de emprego, especialmente para os jovens, as mulheres e outros grupos sociais vulneráveis.
- d) **Observando**, portanto, que o investimento no sector e nos sistemas alimentares é fundamental para apoiar o crescimento económico e reduzir a pobreza e a insegurança alimentar.
- e) **Convicta** de que os parlamentos da SADC podem desempenhar um papel importante para assegurar um aumento das dotações dos seus respectivos orçamentos nacionais para o sector agrícola, de modo que se possa atingir progressivamente o compromisso de Malabo de 10%.

Por conseguinte, a Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais decide, recomendar à 53.^a Assembleia Plenária o seguinte:

- (i) **Apelar** aos parlamentares da SADC para demonstrarem a sua vontade de lidar com as questões da insegurança alimentar e da fome, fazendo progressos no sentido da atribuição de 10% do seu orçamento discricionário ao sector agrícola, a fim de cumprir os Compromissos de Malabo.
- (ii) **Incentivar** os Estados membros a garantirem que os cidadãos da SADC, sobretudo os que residem nas zonas rurais, tenham acesso a energias limpas como o gás e a energia solar e as utilizem, e a eliminarem a utilização de fontes de energia não sustentáveis, como

o carvão vegetal e a lenha, que arruinam indiscriminadamente as florestas que constituem uma fonte segura de alimentos.

- (iii) **Incentivar** os Estados membros a darem prioridade à utilização de energias limpas, uma vez que fontes como o carvão vegetal e a lenha promovem geralmente a discriminação entre homens e mulheres através dos circuitos de recolha e distribuição.
- (iv) **Exortar** os Estados membros a procurarem fontes alternativas de fertilizantes com menos custos que possam ser acessíveis aos pequenos agricultores, melhorando assim o rendimento das culturas.
- (v) **Incentivar** os Estados membros da SADC a acelerarem a criação do Parlamento da SADC com funções claras de elaboração de leis modelo.
- (vi) **Exortar** os parlamentos da SADC a desenvolverem plataformas nacionais e regionais de revisão conjunta da agricultura (JASR).
- (vii) **Exortar** os Estados membros da SADC a aproveitarem e realizarem o potencial de criação de empregos do sector agrícola, investindo no sector, uma vez que este é fundamental para apoiar o crescimento económico e reduzir a pobreza e a insegurança alimentar.
- (viii) **Apelar** aos Estados membros da SADC para adoptarem um quadro de direito baseado no género à alimentação e à nutrição em todas as futuras revisões de políticas e estratégias.
- (ix) **Apelar** ainda aos Estados Membros da SADC para assegurassem que o PIB gerado pelo sector agrícola seja utilizado de forma inovadora para reduzir o limite de endividamento e os empréstimos globais do governo.

8.0 CONCLUSÃO

O impacto das alterações climáticas e de fenómenos meteorológicos extremos tais como os ciclones no sector agrícola tem sido profundo. Neste contexto, as consequências das alterações climáticas no desenvolvimento regional da SADC têm sido também significativas, uma vez que cerca de 70% da população da África Austral depende deste sector para as suas oportunidades de subsistência, em termos tanto de emprego como de rendimento.

Dada a sua importância no processo de desenvolvimento, o sector poderia desempenhar um papel central no apoio ao crescimento económico e na redução da pobreza e da insegurança alimentar, desde que sejam feitos investimentos adequados no sector e nos sistemas alimentares. A agricultura pode especificamente contribuir para o desenvolvimento rural

através da criação de empregos, especialmente para os jovens, as mulheres e outros grupos sociais vulneráveis.

No contexto dos efeitos das alterações climáticas e da pandemia de COVID-19, é necessário um investimento adicional na agricultura para reduzir as consequências dessas catástrofes e apoiar os esforços de recuperação, numa tentativa de avançar para a concretização dos Compromissos de Malabo e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A comissão manifesta a sua gratidão à Secretária-geral e aos funcionários do FP-SADC pelo excelente trabalho e pelas condições criadas para a reunião estatutária, que resultou no presente relatório.

Deputado Ishmael ONANI
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Gomezgani NGWIRA
SECRETÁRIO DA COMISSÃO

9.0 ANEXOS

ANEXO 1 – Lista dos funcionários do FP-SADC

Sra. Boemo Mmandu Sekgoma, Secretária-geral
Sra. Clare Musonda, Directora de *Corporate Governance*
Sr. Sheuneni Kurasha, Gestor do Programa de DGHR
Sra. Gomezgani Ngwira, Secretária de comissão/relatora
Sra. Mammehela Matamane, Secretária de comissão/relatora
Sra. Ifoma Hamabele, Secretária de comissão/relatora
Sra. Agnes Lilungwe Secretária Executiva da Sra. Secretária-geral
Sr. Ronald Windwaai, Administrador da página internet
Sra. Paulina Kanguatjivi, Funcionária assistente de coordenação

ANEXO II – Lista dos palestrantes

Sra. Julie Middleton, Gestora de Projectos do Consórcio, Parceria para a
Responsabilidade Social (PSA), Action Aid.
Sr. Joseph Mzinga, Coordenador Regional, Fórum dos Pequenos Agricultores
da África Oriental e Austral.